

# INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL E FRAGMENTAÇÃO INTERNA: A CHINA EM PERSPECTIVA <sup>1</sup>

HOYEDO NUNES LINS <sup>2</sup>

**Resumo:** o recente desempenho econômico da China colocou esse país no centro das atenções mundiais. Entretanto, a trajetória exibida mostra-se acompanhada de fortes desigualdades socioespaciais, sendo flagrante o descompasso entre as províncias costeiras e o restante do país. Focalizando esta questão, o artigo descreve a proeminência econômica chinesa, evidencia o papel das reformas implementadas desde os anos 1970, discute o assinalado problema das desigualdades e esboça a sua interpretação com base em determinantes sistêmicos, combinando-os a vetores específicos.

**Palavras-chave:** China; expansão econômica; desigualdades socioespaciais

## INTERNATIONAL INTEGRATION AND INTERNAL FRAGMENTATION: CHINA IN PERSPECTIVE

**Abstract:** *China's economic growth has attracted attention everywhere. However this expansion has meant strong social and spatial inequalities, being evident the disparities between the coastal provinces and the rest of the country. Addressing this question, the article describes China's economic performance, stresses the role played by the reforms implemented since the 1970s, discusses the indicated problem of inequalities e proposes an interpretation which considers systemic determinants, combining them with specific aspects.*

**Keywords:** *China; economic growth; social and spatial inequalities*

**Classificação JEL:** R11, O14, N95

### Introdução

A China magnetiza as atenções em escala mundial na atualidade. Não tanto por realizações como a do seu programa espacial, que efetuou em outubro de 2003 um vôo tripulado em volta da Terra, façanha que lhe franqueou o acesso ao minúsculo grupo de nações capazes desse procedimento. O destaque deve-se à

---

<sup>1</sup> Recebido em 06/08/2007.. Liberado para publicação em 30/10/2007.

<sup>2</sup> Da Universidade Federal de Santa Catarina. E- mail: hnlins@cse.ufsc.br

trajetória econômica recente, pontilhada de números que só fazem realçar a situação de um país com dimensões em quase tudo grandiosas: a China abriga nada menos que 1/5 da população do planeta (algo próximo de 1,3 bilhão de pessoas em 2003), distribuídos em 9,6 milhões de km<sup>2</sup>, superfície que a inclui entre os quatro países de maior área, atrás somente de Rússia, Canadá e Estados Unidos.

Esse território é bastante diversificado em termos físicos, econômicos e sócio-culturais, o último aspecto recobrando questões de língua, religião e política. Quer dizer, trata-se, como parece adequado considerar, de diversas “chinas” no interior das fronteiras nacionais chinesas. E é justamente o problema da diferenciação interna que constitui o foco de atenção neste artigo, cujo objetivo é explorar a relação entre o crescimento industrial vivenciado pelo país recentemente e a presença de desigualdades regionais, inclusive procurando interpretar as clivagens observadas entre a zona costeira e o imenso espaço interior. Começa-se falando do desempenho econômico chinês.

## 1. A proeminência chinesa contemporânea

Dentre as maneiras como a China marca presença na economia mundial destaca-se aquela traduzida no seu soberbo desempenho comercial, especialmente desde o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Como revela a tabela 1, entre 2001 e 2005 o saldo da balança comercial chinesa cresceu 4,5 vezes, haja vista um estrondoso percurso principalmente das exportações de bens manufaturados, que passaram de quase US\$ 240 bilhões para cerca de US\$ 713 bilhões. Do lado das importações, o crescimento mais acentuado vinculou-se aos bens primários.

Essa performance não deixou de provocar reações. As mais estridentes originaram-se de autoridades estadunidenses, européias e japonesas na forma de ácidas críticas a uma política cambial que, segundo algumas opiniões, facilitaria o observado vigor nas vendas externas (BECKER, 2003). Mas não há consenso sobre o caráter pretensamente “espúrio” da competitividade chinesa. Roach (2003), além de considerar hipócrita a condenação por parte de quem se beneficia amplamente dessas exportações – cuja expansão é majoritariamente vinculada à atuação de subsidiárias de empresas multinacionais e de *joint-ventures* lá instaladas –, assinala que esse país compete hoje não só com base no câmbio, mas sobretudo por atributos ligados a custos de mão-de-obra, tecnologia e controle de qualidade.

**Tabela 1 – Comércio externo da China: 2001-2005 (US\$ bilhões)**

Indicadores	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Totais	266.1	325.6	438.2	593.3	761.9
Bens Primários	26.3	28.5	34.8	40.5	49
Bens Manufaturados	239.8	297.1	403.4	552.8	712.9
Importações Totais	243.5	295.2	412.8	561.2	659.9
Bens Primários	45.7	49.3	72.8	117.3	147.7
Bens Manufaturados	197.8	245.9	340	444	512.2
Saldo	22.5	30.4	25.5	32.1	102

Fonte: Elaboração do autor com dados do National Bureau of Statistics of China. China Statistical Yearbook – 2006. Obtido em <[www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2006/indexeh.htm](http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2006/indexeh.htm)>

Por detrás do frenesi exportador encontra-se o que a revista *The Economist* chamou de “*China fever*”, designando o irresistível interesse que esse país despertou na década de 1990 em investidores estrangeiros vindos principalmente de Hong Kong e Taiwan, seguidos pelos japoneses (INTO..., 1996). Dos países que receberam os maiores investimentos estrangeiros diretos nesse período, a China foi, de longe, o que mais sobressaiu, e o motivo principal dessa “corrida” relaciona-se à oferta abundante de mão-de-obra muito barata.

O quadro 1 apresenta dados sobre esses investimentos na década em curso. Deve-se destacar, além da progressão, o fato de a esmagadora maioria dos recursos dirigir-se a atividades da indústria de transformação. Mas o setor imobiliário e um importante conjunto de serviços também canalizam tais inversões, sugerindo dinamismo das correspondentes atividades, o que claramente se vincula à efervescência econômica vivenciada localmente nos últimos anos.

**Quadro 1 – Investimentos externos diretos (IED) na China: trajetória (2001-2005) e principais setores envolvidos em 2005 (US\$ bilhões)**

IED no período 2001-2005	Principais setores envolvidos nos IED em 2005
2001 – US\$ 46,88 bilhões	Indústria de Transformação – US\$ 42,45 bilhões (70,4%)
2002 – US\$ 52,74 bilhões	Atividades Imobiliárias – US\$ 5,42 bilhões (9,0%)
2003 – US\$ 53,50 bilhões	<i>Leasing</i> e Serviços voltados aos Negócios – US\$ 3,74 bilhões (6,2%)
2004 – US\$ 60,63 bilhões	Transporte, Armazenagem e Correio – US\$ 1,81 bilhão (3,0%)
2005 – US\$ 60,32 bilhões	Produção/Oferta de Eletricid., Gás e Água – US\$ 1,39 bilhão (2,3%)

Fonte: Elaboração do autor com dados do National Bureau of Statistics of China. China Statistical Yearbook – 2006. Obtido em <[www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2006/indexeh.htm](http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2006/indexeh.htm)>

A instalação de empresas estrangeiras tem ocorrido principalmente através de *joint-ventures* com parceiros (estatais ou privados) locais, seja porque essa vinha sendo a única modalidade permitida pelo governo chinês em certos setores, seja porque os investidores externos enxergavam nessa fórmula a melhor maneira de lidar com os meandros da burocracia e com a concorrência/rivalidade de origem local. No conjunto, as experiências repertoriadas apresentam resultados heterogêneos, pois não faltaram frustrações no lado estrangeiro. Isso ocorreu, por exemplo, na tentativa da franco-italiana SGS-Thomson visando à implantação de uma fábrica de semicondutores na cidade de Shenzhen, província de Guangdong, e nas várias iniciativas envolvendo o setor automobilístico (GOING..., 1997).

De todo modo, foram poucos os que não se inebriaram com as possibilidades dos “negócios da China”. A indústria mundial de brinquedos não pertence às fileiras dos resistentes. No começo dos anos 1980 a criação de uma Zona Econômica Especial, na indicada província de Guangdong, fronteira com Hong Kong, implicando benefícios como liberalização tarifária e abertura para investimentos estrangeiros, funcionou como bomba de sucção junto às numerosas fábricas que até então permitiam à última figurar com absoluto destaque na produção de brinquedos. Salários e preços da terra altos em Hong Kong operaram como lubrificantes do êxodo, sendo que no outro lado da fronteira esses fatores exibiam condições diametralmente opostas.

Assim, se o *design* e a comercialização da maioria dos brinquedos vendidos no mundo constituem atualmente áreas de atuação privilegiada das grandes firmas ocidentais, estadunidenses em primeiro lugar, a fabricação desses produtos acontece principalmente na China. Está-se falando sobretudo de brinquedos *high-tech*, que implicam redes de subcontratação abrangendo diferentes componentes eletrônicos, além de outros insumos. Mas a atração, em vez de incidir só no Sudeste Asiático, é difusa: por exemplo, empresa dos Estados Unidos que durante décadas fabricou brinquedos tradicionais para desenhos infantis no Estado de Ohio transferiu-se no passado recente para Shenzhen em busca de salários menores (KAHN, 2003a).

O alvoroço não tem sido menor na indústria de *chips*, cujo roteiro asiático vem apresentando a China continental como destino prioritário. Em processo que evoca um “*silicon rush*”, numerosas unidades de fabricação e montagem de *chips* para computadores, telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos têm pipocado nesse país, ao som de anúncios sobre a instalação de protagonistas do porte de Motorola, IBM e Intel. Portanto, nos últimos anos, enquanto Taiwan se inquietava diante da possível emigração de suas fábricas *high-tech* em direção à China, Xangai, embalada pelos acenos de sucesso vinculados à oferta chinesa de engenheiros de qualidade e salários comparativamente baixos, acalentava o sonho de canalizar boa parte do que parecia se revelar como um genuíno “*chip boom*” (A GIANT..., 2000).

Xangai desponta, com efeito, na estratégia chinesa de queimar etapas no percurso para uma posição de destaque mundial em alta tecnologia. Entre os aspectos centrais desse processo encontram-se as parcerias para pesquisa estabelecidas localmente com empresas como General Electric, Intel, Matsushita Electric e Siemens, tendo também a Microsoft anunciado iniciativas nessa direção (HIGH..., 2002). Embora o caminho a percorrer seja longo, tudo leva a crer que em breve se poderá falar de algo como um “Silicon Valley chinês [na área de Xangai]. Poucos anos atrás, a idéia seria risível.” (Op. cit., p. 44). Nesse processo, Xangai evolui rumo à condição de cidade efetivamente global, cosmopolita e amplamente inserida na trama de fluxos planetários (GOLUB, 2000).

## **2. O papel das reformas**

Esse cenário de grande afluxo de investimentos é iluminado quando se lhe associam as reformas da sociedade chinesa iniciadas no final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, momento em que começou o período de liderança política de Deng Xiaoping, após a morte de Mao Tsé-Tung. Essas reformas, de cunho principalmente econômico, começaram pelo relaxamento das obrigações referentes à agricultura coletivizada e implicaram a liberalização dos preços agrícolas e do comércio dos correspondentes produtos, nas várias regiões.

Como decorrência, houve expansão da renda agrícola, mesmo que esse movimento tenha se revelado errático no longo prazo, tanto quanto se mostrou oscilante a intervenção do governo nos mercados. A proliferação de empreendimentos não agrícolas, conduzidos por moradores das áreas rurais, em numerosos vilarejos foi um importante aspecto desse processo expansivo (FAN; CHEN; KIRBY, 1996).

Na esfera urbana, as reformas ganharam visibilidade a partir de meados dos anos 1980, caracterizando-se por descentralização do controle de muitas empresas estatais – transferido do governo central para governos locais – e por privatizações em diferentes segmentos de atividades econômicas, não obstante um avanço desigual desse segundo processo entre as províncias. Seja como for, essas reformas resultaram em aumento das desigualdades de renda no meio urbano chinês. Estudo de Meng (2004) mostra que tal aumento ocorreu nos períodos de reformas “moderadas” (1988-1995) e “radicais” (1995-1999): no primeiro caso, a razão foi o desigual acesso dos diversos contingentes urbanos aos ganhos econômicos resultantes; no segundo, foi a contração da renda junto aos grupos de menores rendimentos, reflexo da escalada no desemprego derivada dos intensos rearranjos no uso da mão-de-obra, no bojo da correspondente reestruturação produtiva.

É importante assinalar que na década de 1990 a China combinou medidas de atração de investimentos estrangeiros e de reestruturação das empresas estatais. A criação de várias Zonas Econômicas Especiais e a redução seletiva das tarifas de importação, para favorecer os investidores nas compras externas de insumos e matérias-primas, inscreveram-se na primeira estratégia. A iniciativa de reestruturar as empresas estatais, de sua parte, denota o reconhecimento de que essas empresas tinham problemas, acima de tudo financeiros e de atraso tecnológico, e se inspirou na experiência dos *chaebol* sul-coreanos (pelo menos até a crise do final dos anos 1990, que os atingiu e também aos *keiretsu* japoneses), um modelo de conglomerados favorecidos pelo Estado. Pretendia-se adotar tal modelo para modernizar uma fração das empresas estatais mediante fusões/incorporações que, aumentando o seu tamanho, lhes fortalecessem a competitividade. Mas a maior parte dessas empresas, sobretudo as de pequeno e médio porte, seria deixada à própria sorte, ficando elas próprias responsáveis pelos seus ajustes, algo que deveria ocorrer em meio à redução progressiva da intervenção do Estado na economia. Esta, assinale-se, tem representado supressão de benefícios – no seio de uma ampla e dramática revisão do *welfare state* chinês, com repercussões para os trabalhadores em termos de habitação, saúde e, de uma forma ampla, seguridade social – e também numerosas demissões, que engrossam o movimento geral de desligamentos (reflexo do generalizado processo de reestruturação) e inflam ainda mais os números do desemprego (THE PRIVATE..., 1995).

De todo modo, a veloz expansão econômica observada no país teve no crescimento do setor privado e na reestruturação das empresas estatais dois importantes e inter-relacionados fatores (HAN; PANNEL, 1999). No movimento deflagrado, o setor privado deveria assumir um papel complementar ao setor estatal em diferentes aspectos, entre eles o relativo à criação de oportunidades de ocupação e emprego. Todavia, sem que o desemprego deixasse de progredir, aquele setor acabou por se tornar o principal vetor do crescimento, ultrapassando a prevista função de complementaridade.

Cabe sublinhar igualmente que o processo de reestruturação foi intensificado desde o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001. A entrada ocorreu na esteira de um acordo comercial com os Estados Unidos firmado em novembro de 1999, após mais de uma década de tentativas chinesas visando a inserção nas estruturas internacionais que regem as trocas em escala planetária. A entrada na OMC representou a complementação da trajetória liberalizante desencadeada no país no final dos anos 1970, conforme ressalta Hui (2002), e foi acompanhada de sombrios prognósticos. A explosão do desemprego, quer de maneira generalizada (MANGIN, 2000), quer, antes de tudo, no meio rural – onde, segundo as previsões, se amargaria o desaparecimento de milhões

de pequenas explorações agrícolas impossibilitadas de concorrer com produtos importados (LEMOINE, 2002) –, apresentava-se como um resultado certo. O desemprego cresceu, mas os dados disponibilizados pelo *China Human Development Report 2005* (CHINA..., 2005) não indicam uma grande diferença entre as taxas relativas às províncias mais urbano-industriais e às províncias mais rurais. Contudo, isso pode estar refletindo o efeito das migrações rural-urbanas, que se mostram muito fortes naquele país.

No que tange às relações da China com o resto do mundo, a abertura consubstanciada no ingresso à OMC deveria amplificar ainda mais o desempenho do país tanto na atração de investimentos estrangeiros, que se instalariam no intuito de produzir mais barato para diferentes mercados agora mais acessíveis, como nas exportações. O que se falou na seção anterior sobre a escalada desses investimentos faz pensar que tais previsões se confirmaram. E as notícias divulgadas no Ocidente, de que são grandes as possibilidades de um verdadeiro “abalo sísmico” em mercados como os de produtos têxteis, afetando não só países europeus e os Estados Unidos, mas também outros exportadores como México e Bangladesh (LAUER, 2003), estariam a corroborar as expectativas sobre exportações.

Desse modo, por diferentes ângulos, a China passou a ser vista como uma ameaça econômica para o Ocidente. O alarme parece soar especialmente nos Estados Unidos, tanto que a China tem figurado com assiduidade até em debates de cunho geopolítico nesse país (BRADSHER, 2004). De fato, vale assinalar que, se as tensões mais visíveis são as que concernem à economia, a inquietação dos estrategistas estadunidenses parece não se resumir a esse tipo de questão. Afinal a China pertence ao grupo de nações que dominam a tecnologia nuclear.

### **3. Desigualdades socioespaciais na trajetória chinesa recente**

Os reflexos na economia chinesa da já aludida liberalização comercial remetem à questão das desigualdades sócio-espaciais internas. Artigo do presidente do *China Institute for International Studies* destacou, na virada para a década em curso, que as reformas foram acompanhadas de uma melhoria geral do padrão de vida da população, mas que problemas consideráveis emergiram no percurso. Entre estes sobressaíam a ampliação das disparidades na distribuição da renda entre estratos sociais, aspecto assinalado na seção anterior, e o agravamento das desigualdades de desenvolvimento econômico entre regiões costeiras e áreas interioranas das porções central e ocidental do país (YANG, 2000).

O diagnóstico sobre a ampliação das disparidades socioespaciais revela-se acertado. Na aurora das reformas, o meio rural fora envolvido por mudanças que, favorecendo a prosperidade no campo, proporcionaram uma redução nas diferenças

de renda per capita entre as províncias. Mas desde que as transformações foram estendidas ao setor industrial urbano, a partir de meados dos anos 1980, instalou-se processo de crescente diferenciação espacial, em que se observaram vantagens cada vez maiores para as regiões onde as mudanças foram mais intensas. Diferentes pesquisas registram essa realidade. Um exemplo é o estudo de Huang, Kuo e Kao (2003), que detecta o crescimento das desigualdades regionais e identifica a grande participação do vigor industrial chinês na configuração socioespacial resultante. Um outro exemplo é o trabalho de Fu (2004), vinculando o aumento das disparidades à ênfase dada às exportações ligadas aos investimentos diretos estrangeiros e às atividades intensivas em trabalho, as quais, incidentes nas áreas costeiras, praticamente nada representaram de difusão do dinamismo econômico no interior.

Na década de 1990, com efeito, a diferenciação regional evoluiu célere, na esteira de uma verdadeira “explosão” das privatizações e, como observam Démurger et al. (2002), embalada por onda de “políticas preferenciais” que implicaram uma forte desregulamentação – envolvendo investimentos estrangeiros diretos e o comércio com o exterior, principalmente – sobretudo nas províncias costeiras. Isso impõe reconhecer que o quadro de progressiva desigualdade é indissociável, entre outras coisas, das opções de política adotadas no país nas últimas décadas.

“Para atrair capital estrangeiro e tecnologia, quatro Zonas Econômicas Especiais foram estabelecidas em Guangdong e Fujian. Durante uma década a produção orientada às exportações impulsionou um rápido crescimento econômico na faixa costeira sulina, enquanto os centros tradicionais de produção industrial e comércio externo (por exemplo, Xangai, Liaoning e Tianjing) experimentaram um ritmo de crescimento lento. (...) Como resultado dessa tendência nas províncias costeiras do sul, o centro da *space economy* chinesa abandonou a sua tradicional base nordestina em benefício da costa sul, e um novo padrão na distribuição da renda per capita emergiu.” (YING, 1999: 67).

As regiões litorâneas enriqueceram, tornando-se “parte da rede de troca internacional (...) [crescentemente adensada nas últimas décadas, mas] os benefícios dos investimentos (...) em tecnologia e gestão e as habilidades de comercialização não se espalharam além da zona costeira (...)” (RED..., 1998:24). Assim, a rigor, é ao litoral “que muitos ocidentais se referem quando falam sobre a economia chinesa” (Op. cit.). É nessa área, de fato, principalmente na província de Guangdong, que se concentram as famílias mais ricas da China. Também as províncias de Jiangsu e Zhejiang, ambas costeiras, cintilam na China próspera, onde está Xangai, cidade que, vale assinalar, constitui uma espécie de síntese das fraturas ostentadas pela China, tendo em vista as distâncias sociais que abriga (GOLUB, 2000).



A tabela 2 capta aspectos dessas desigualdades socioespaciais. Chama a atenção, sobretudo, o contraste nos níveis do PIB per capita entre as províncias do leste (em número de nove, abrigando 29% da população chinesa total em 2003) e as demais províncias. Cabe salientar também a diferença na estrutura do emprego: presença muito mais forte de empregos secundários e terciários no leste e predominância de empregos primários nas outras regiões.

**Tabela 2 – China: indicadores socioeconômicos em escala de província – 2003**

Região/ Província	População Total (milhões)	PIB per capita (yuan)			Estrutura do Emprego (%)		
		Total	Urbano	Rural	Primá- rio	Secun- dário	Ter- ciário
<b>Leste</b>							
Beijing	14.56	32,061	37,031	14,942	19.6	40	40.4
Tianjin	10.11	26,532	31,437	13,919	49.3	27.6	23.1
Xangai	17.11	46,718	49,946	22,353	7.8	32.6	59.6
Jiangsu	74.06	16,809	24,620	11,268	50.1	17.4	32.4
Zhejiang	45.8	20,147	28,915	11,823	44.3	24.5	31.2
Fujian	34.88	14,979	23,624	8,821	9.6	41	49.4
Shandong	91.25	13,661	22,302	8,365	29.6	36.9	33.5
Guangdong	79.54	17,213	24,683	8,084	37.4	24.6	38
Hainan	8.11	8,316	13,532	4,824	42.5	27.8	29.8
<b>Centro</b>							
Hebei	67.69	10,513	19,036	7,503	54.9	19	26.2
Shanxi	33.14	7,435	13,214	4,337	60.2	19.6	20.2
Mongólia Interior	23.8	8,975	14,658	4,740	59.8	10.7	29.4
Anhui	64.1	6,455	12,792	4,015	72.7	8.9	18.3
Jiangxi	42.54	6,678	12,495	4,449	59.5	9.8	30.7
Henan	96.67	7,570	15,774	5,092	37.9	27.9	34.2
Hubei	60.02	9,011	14,732	5,164	46.9	26.2	26.8
Hunan	66.63	7,554	14,279	4,713	45.1	18.7	36.2
<b>Nordeste</b>							
Liaoning	42.1	14,258	19,595	7,941	54.6	15.2	30.2
Jilin	27.04	9,338	13,759	4,970	34.6	34.3	31
Helongjiang	38.15	11,615	16,660	6,258	51	19.5	29.4
<b>Sudoeste</b>							
Chongqing	31.3	7,209	14,024	3,837	57.4	15.5	27.1
Sichuan	87	6,418	12,859	4,072	62.6	9.6	27.7
Guizhou	38.7	3,603	8,573	2,042	51.8	21.8	26.4
Yunnan	43.76	5,662	14,012	3,111	54.1	15.8	30.1
Xizang (Tibet)	2.7	6,871	19,891	3,837	55.1	13.3	31.7
Guangxi	48.57	5,969	12,581	3,385	49.2	18.7	32.1
<b>Noroeste</b>							
Shaanxi	36.9	6,480	13,233	3,258	54.5	16.8	28.6
Gansu	26.03	5,022	11,651	2,928	59	13.6	27.4
Qinghai	5.34	7,277	13,956	3,712	52.1	16.5	31.3
Ningxia	5.8	6,691	12,495	3,909	65.1	9.1	25.8
Xinjiang	19.34	9,700	18,221	5,350	50.1	17.8	32.1
<b>China</b>	1,292.27	9,101	16,307	5,047	49.1	21.6	29.3

Fonte: Elaboração do autor com base em China... (2005) .

Tais características do prolongado surto industrial chinês representam contraste em relação aos processos observados em outros países asiáticos (como Tailândia e Filipinas), em que os investimentos estrangeiros privilegiaram as áreas rurais, onde os terrenos e a mão-de-obra são mais baratos (THE DISCREET..., 1996). Na China, ao contrário, as diferenças entre as áreas mais urbanizadas e industrializadas e as áreas rurais, onde vivem cerca de 70% dos chineses, só fizeram se aprofundar à medida que as reformas avançaram. O turbilhão transformador deixou de representar benefícios efetivos para as áreas interioranas, e a liberalização comercial do país com o exterior, abrangendo produtos agrícolas, representou um golpe a mais nos camponeses. Estes passaram a amargar não só a elevada corrupção e os desmandos das autoridades locais, fortalecidas pela descentralização administrativa, como também a sofrer a invasão progressiva das escassas áreas férteis – só 10% das terras chinesas são cultiváveis, segundo Decornoy (1995) – por empreendimentos modernizadores em infra-estrutura (principalmente estradas) e estabelecimentos industriais, um movimento registrado notadamente ao longo da costa, onde estão as melhores terras para a agricultura. Além disso, décadas de degradação ambiental nas áreas rurais cobram hoje seu preço. Florestas foram depredadas e aquíferos secaram, ocasionando sérios problemas de falta de água, principalmente no norte e no noroeste do país, um quadro que se agrava pelo fato de alguns empreendimentos surgidos em meio rural serem bastante poluentes, como é o caso da fabricação de cimento.

Portanto, não surpreende que os conflitos tenham se intensificado, opondo agricultores e governantes, em especial governantes locais que, escorados na repressão policial, costumam impor pesadas taxas e obrigações aos habitantes (ROCCA, 1995). Esses conflitos, note-se, acrescentam tintas ainda mais fortes ao quadro de relações já tensas entre o governo central e províncias “rebeldes”, como a de Xinjiang (CHINA’S..., 1997), localizada no extremo oeste e adjacente ao Tibet, e como o próprio Tibet, anexado nos anos 1950 e, há muito tempo, espaço de fermentação de aspirações separatistas, sempre combatidas com grande rigor pelas autoridades (BROCH, 1997). Mesmo desconsiderando os casos extremos, de clamor separatista, a situação geral é de relações ásperas entre províncias e entre regiões, a ponto de barreiras comerciais terem sido erigidas à guisa de proteção das atividades econômicas locais contra a concorrência de outras províncias e regiões (CHINA’S..., 1996), movimentos que inspiraram Fabre (1995) a descrever a trajetória chinesa recente como um caso de “crescimento conflituoso”.

Tampouco deveria causar espanto, nas condições vigentes, que milhares de camponeses tenham se deslocado para as cidades, em êxodo traduzido na existência de uma enorme e perene “população flutuante” cujos principais destinos são as áreas urbanas da costa sudeste do país (QIN, 1995), um processo do qual participam até

crianças e adolescentes (MISERY..., 2000). Trata-se de uma “emigração selvagem”, conforme Lew (2000), porque em grande parte caracterizada pela completa ausência de instrumentos de acolha aos recém-chegados nos locais de destino. Há fluxos que se dirigem para algumas cidades importantes do interior, as quais, mesmo fora das zonas costeiras, exibem movimentos de transformação, com crescimento nos respectivos tecidos urbanos.

Isso ocorre, deve-se sublinhar, a despeito das restrições aos deslocamentos impostas desde o tempo de Mao Tsé-Tung. É que a comparação com as condições de vida urbanas faz os habitantes das áreas rurais se colocarem em marcha mesmo diante dos obstáculos institucionais, sendo que o fato de a situação nas cidades estar longe de garantir alívio para as massas de migrantes dá uma boa dimensão das dificuldades enfrentadas no campo. Assim, como observam Du, Park e Wang (2005), os pobres das zonas rurais formam o contingente com maior tendência a migrar, e tais migrações cumprem um destacado papel na melhoria relativa da renda das famílias que permanecem nas áreas de origem, devido às remessas de recursos feitas pelos migrantes. Contudo, esses autores afirmam que é pequeno o efeito agregado desse processo na redução da pobreza rural, pois não é a maioria dos pobres rurais que emigra.

No meio urbano, a reestruturação produtiva vem representando demissões em grande escala e um inquietante retrocesso dos benefícios sociais, como já se indicou. O pano de fundo permite observar aumentos nos preços de moradia, educação e saúde, uma escalada que se mostra em sintonia com a onda privatizante testemunhada no país. A situação é particularmente adversa nas antigas áreas industriais do nordeste e do centro da China (caracterizadas por estruturas industriais obsoletas e ineficientes), onde se combinam demissões em grande escala, por conta dos ajustes nas empresas estatais, e atrasos de salários que não raramente duram vários meses (CONDEMNED..., 1996).

Nas zonas costeiras que refulgem com o dinamismo industrial, a situação dos trabalhadores é deplorável em muitos casos. As condições de trabalho ostentam níveis de remuneração e intensidade, assim como duração de jornada, simplesmente impensáveis em muitos países, além de condições de alojamento e alimentação que evocam as piores condições do capitalismo industrial (KAHN, 2003b). A situação dos milhares de trabalhadores das fábricas que produzem sob encomenda para clientes de alcance global, como a gigante estadunidense do varejo Wal-Mart, não é senão um exemplo dessas deploráveis condições de trabalho (SERVANT, 2006). Ainda assim, viver nas cidades parece menos penoso do que no campo, o que sugere a dimensão das carências sofridas pelas regiões interioranas. Daí não surpreender que, num recente pronunciamento à nação, o Primeiro Ministro chinês tenha se

manifestado com vigor sobre a necessidade de canalizar o desenvolvimento experimentado pela China para as áreas rurais (KAHN, 2004).

O índice de desenvolvimento humano (IDH) reflete esses aspectos (Tabela 3). As províncias do leste exibem os índices mais elevados, em meio urbano e em meio rural, seguidas pelas três províncias do nordeste. As demais amargam índices consideravelmente baixos, principalmente nas zonas rurais, como se verifica nas do noroeste e do sudoeste.

**Tabela 3 – China: Índices de Desenvolvimento Humano em nível provincial – 2003**

Região/ Província	Índice de Desenvolvimento Humano			Região/ Província	Índice de Desenvolvimento Humano		
	Total	Urbano	Rural		Total	Urbano	Rural
<b>Leste</b>				<b>Nordeste</b>			
Beijing	0.882	0.907	0.8	Liaoning	0.808	0.843	0.752
Tianjin	0.855	0.876	0.794	Jilin	0.776	0.816	0.72
Xangai	0.909	0.922	0.835	Helongjiang	0.786	0.826	0.729
Jiangsu	0.805	0.858	0.756	<b>Sudoeste</b>			
Zhejiang	0.817	0.869	0.754	Chongqing	0.745	0.825	0.683
Fujian	0.784	0.843	0.724	Sichuan	0.728	0.823	0.676
Shandong	0.776	0.83	0.725	Guizhou	0.639	0.763	0.576
Guangdong	0.807	0.845	0.743	Yunnan	0.657	0.769	0.603
Hainan	0.761	0.82	0.707	Tibet **	0.586	0.713	0.562
<b>Centro</b>				Guangxi	0.731	0.809	0.682
Hebei	0.766	0.828	0.73	<b>Noroeste</b>			
Shanxi	0.753	0.81	0.705	Shaanxi	0.729	0.816	0.66
Mongólia *	0.738	0.806	0.671	Gansu	0.675	0.798	0.614
Anhui	0.727	0.81	0.679	Qinghai	0.684	0.807	0.599
Jiangxi	0.732	0.797	0.687	Ningxia	0.712	0.799	0.65
Henan	0.741	0.816	0.704	Xinjiang	0.757	0.837	0.698
Hubei	0.755	0.823	0.693	<b>China</b>			
Hunan	0.751	0.821	0.703		0.746	0.816	0.685

Fonte: Elaboração do autor com base em China... (2005)

\* Trata-se da Mongólia Interior, ou Neimenggu

\*\* Também denominado Xizang

### 3. Forças sistêmicas e forças locais

Como interpretar essa configuração socioespacial da trajetória chinesa? A abordagem dos sistemas-mundo, associada a autores como Immanuel Wallerstein (p. ex. WALLERSTEIN, 2000) e Giovanni Arrighi (p. ex. ARRIGHI, 1996a), auxilia a compreensão. Nessa perspectiva, o sistema mundial moderno é uma economia-

mundo capitalista surgida na Europa Ocidental no início do século XVI e consolidada devido à sua capacidade em favorecer as engrenagens da acumulação de capital. Isso envolveu expansão geográfica impelida por processos internos, pois o avanço deu-se em movimentos cíclicos de incorporação de novas áreas em resposta às necessidades de desdobramento espacial das cadeias de produção e troca, ou cadeias mercantis (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987). Essa trajetória multissecular modelou uma estrutura mundial hierarquizada em áreas centrais, semiperiféricas e periféricas, cada uma com posições próprias naquelas cadeias e no sistema de Estados. Portanto, o enfoque dos sistemas-mundo oferece uma perspectiva a um só tempo sistêmica e histórica, além de ensejar a inclusão de aspectos geopolíticos, como se observa no estudo de So e Chiu (1996) sobre a trajetória do Leste da Ásia.

À luz desse enfoque, a busca de uma interpretação sobre a configuração socioespacial da trajetória chinesa pode se basear, no que concerne aos aspectos históricos, na tripla temporalidade identificada por Arrighi, Hamashita e Selden (1996) nas relações do Leste Asiático com o sistema mundial. Esses autores falam de uma temporalidade curta, englobando o período desde a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, de uma temporalidade secular, abarcando intervalo iniciado com a grande crise sofrida pela região no século XIX e marcado pelo avanço da dominação colonial e semi-colonial protagonizada pelo Ocidente, e de uma temporalidade multissecular, no curso da qual foi plasmada a herança histórica da área, de influência irrecusável nos processos mais recentes.

A recente tendência de agravamento das disparidades sociais e regionais chinesas apresenta-se vinculada, como se indicou anteriormente, às transformações principalmente econômicas do país nas últimas décadas. Abertura econômica acompanhada de medidas para atrair investimentos externos, ao que o capital multinacional respondeu em avalanche, e descentralização da ação pública, ombreada por intensa privatização, representam o essencial dessas mudanças. Estas ocorreram desde meados dos anos 1970, na segunda metade da temporalidade mais curta de que se falou, período em que o Leste Asiático galgou importantes degraus como área de grande dinamismo econômico no sistema mundial.

As áreas centrais do sistema acusavam o esgotamento do modelo fordista de desenvolvimento, alicerce da notável expansão econômica posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, as estratégias das grandes empresas ocidentais, que reorganizavam seus processos produtivos privilegiando a busca de força de trabalho mais barata, representaram o envolvimento de áreas da semiperiferia e da periferia mundial na produção de manufaturados, um movimento que atingiu significativamente o Leste Asiático. Mas isso só ampliou e reforçou uma situação anteriormente existente, pois a Ásia Oriental já fora enredada na difusão de atividades industriais sob a cadência das dinâmicas em curso na economia-mundo. Arrighi (1996b) situa o começo desse processo nos anos 1950, com o impulso promovido no Japão pelos Estados Unidos, em virtude de interesses inclusive geopolíticos que envolviam questões de hegemonia mundial no âmbito da Guerra Fria. Na esteira disso, o Japão, revigorado em termos econômicos, desencadeou nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970, uma forte descentralização das suas atividades industriais nos países vizinhos. “O fato central sobre essa expansão transnacional é ter consistido fundamentalmente na reprodução ampliada do sistema

japoneses de subcontratação em múltiplas camadas (...)” (Op. cit.:21), um modelo sem paralelo no Ocidente. Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, os “quatro tigres”, participaram intensamente dessa dinâmica, que envolvia diversos níveis de subcontratantes (primários, secundários, terciários e assim por diante, chegando a uma camada inferior, com domicílios envolvidos em operações muito simples).

Desde os anos 1980, tanto o Japão quanto, sobretudo, os “tigres” passaram a investir pesadamente em alguns países da ASEAN (sigla em inglês para Associação das Nações do Sudeste Asiático), na Tailândia em primeiro lugar. Nos 1990, sobretudo a China, mas também o Vietnã, tornaram-se destinos prioritários, tendo a primeira passado a figurar com grande destaque nos *rounds* de investimentos externos testemunhados no “arquipélago asiático”. Todavia o surto chinês não era, como não é até hoje, caracterizado somente por investimentos oriundos da própria região – de Japão ou Hong Kong –, pois a presença de grandes interesses ocidentais tem sido flagrante. De qualquer modo, a diáspora chinesa, intensificada pela entronização do Partido Comunista na China continental na virada para a segunda metade do século XX – levando numerosos empresários a se deslocar para áreas vizinhas, principalmente Hong Kong –, foi decisiva depois que as reformas começaram, já que boa parte do capital introduzido no país como investimento externo vinculou-se aos agentes nela envolvidos.

A concentração das novas atividades nas províncias costeiras mais ao sul, principal vetor de agravamento das disparidades regionais chinesas, reflete a histórica presença nessas áreas de condições comparativamente mais propícias à produção segundo a lógica da economia-mundo capitalista, traduzida na “acumulação sem fim de capital”, na formulação de Wallerstein (2000). A observação de temporalidades que transcendem a segunda metade do século XX é necessária à abordagem desse aspecto.

A China, como o restante da Ásia Oriental, teve a sua incorporação à economia-mundo capitalista concluída no final do século XIX, quando se tornou uma importante fonte de matérias-primas para os Estados centrais que dominavam a região com vínculos de natureza colonial. As atividades próprias dessa condição engrossaram redes de negócios, envolvendo as respectivas comunidades, distribuídas principalmente nas regiões costeiras do país. Essa incidência geográfica refletiu um dos principais legados da história asiática, referente à temporalidade multissecular das interações da Ásia Oriental com o resto do mundo: o sistema tributário-comercial, um componente estrutural de grande relevo da economia leste-asiática até a inclusão desta no sistema eurocêntrico (ARRIGHI; HAMASHITA; SELDEN, 1996).

O sistema tributário-comercial, que em relação aos tributos significava o controle de jurisdições vassalãs por um centro imperial, caracterizava notadamente a costa leste da Ásia, onde aos poucos se desenvolveu uma malha de relações orgânicas com importantes interdependências e a imbricação entre fluxos tributários e comerciais. Fundamentalmente litorâneo, esse sistema modelou muito do que ocorreu no extremo da Ásia, das relações intergovernamentais às práticas de negócios, e foi largamente utilizado pelos Estados europeus que interagiram com a macro-região sinocêntrica entre os séculos XVI e XIX. A incorporação desta à periferia da economia-mundo capitalista resultou na dissolução formal daquele

sistema, mas as estruturas sedimentadas durante séculos influenciaram quase tudo o que aconteceu desde então naquela área, inclusive o comércio *coolie* (relativo ao envio de mão-de-obra ao exterior) que, implicando todo o Sudeste Asiático, cresceu com o referido processo de incorporação e incrementou substancialmente a diáspora chinesa.

Com a abertura da economia chinesa nas últimas décadas, o influxo de capital proveniente da própria Ásia Oriental, majoritário nos investimentos externos diretos – para não falar dos ingressos na forma de empréstimos e auxílios –, orientou-se quase naturalmente às zonas costeiras. Isso se verificou especialmente no sudeste do país, em locais onde são mais fortes as relações ancestrais com os chineses que vivem no exterior. A criação pelo governo, em províncias costeiras, de Zonas Econômicas Especiais só fez galvanizar essa tendência de localização, pois tal iniciativa influenciou as decisões locais sobre os investimentos, inclusive os realizados pelas empresas ocidentais.

Assim, as crescentes disparidades sociais e regionais atualmente amargadas pela China tornam-se mais compreensíveis quando se considera o envolvimento desse país, e da região à qual este pertence, na dinâmica da economia-mundo capitalista. O território chinês apresentava heterogeneidade econômica e social antes da sua incorporação ao sistema mundial, graças, entre outras coisas, à anatomia do sistema tributário-comercial, de maior presença histórica na China marítima. Mas o modo de inserção na divisão do trabalho que estrutura as cadeias de produção e troca mundialmente desdobradas, sob a influência, em termos sociais e geográficos, das heranças da sociedade chinesa, impôs novas dimensões às desigualdades socioespaciais.

No período maoísta, a ação governamental procurou minorar o problema das disparidades, até entusiasmando alguns observadores (como Schenk, 1974, por exemplo) pelas tentativas de “resolver a contradição entre cidade e campo (...)” (p. 388), calcadas no estabelecimento de “uma ligação estreita e sistemática entre o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento da agricultura (...), [concebendo-os] na sua unidade e não como dois desenvolvimentos independentes.” (BETTELHEIM, 1971:40). Porém, com as reformas, que aprofundaram o processo de incorporação da China à economia-mundo capitalista após décadas de um percurso de escassa abertura externa, os imperativos do “capitalismo histórico” estariam a prevalecer. Resultado: concentração espacial dos investimentos e do dinamismo produtivo nas áreas mais prósperas, declínio das regiões não competitivas e subordinação de áreas rurais como reservas de força de trabalho abundante e com baixo custo de reprodução, logo barata.

Deve-se assinalar, todavia, que a questão das desigualdades socioespaciais chinesas inclui o fato de diversas localidades do território nacional permanecerem fora do “tempo do mundo” – para usar uma expressão de Fernand Braudel (BRAUDEL, 1998:32) –, principalmente na porção mais ocidental do país. De fato, não é somente por determinantes estruturais que existem regiões em situação precária, na China ou em qualquer país, sobretudo entre os incorporados durante a expansão da economia-mundo capitalista. Nos processos de incorporação nunca foi toda a superfície dos territórios que interessou à dinâmica do “capitalismo histórico”, e numerosos espaços não chamados a “dialogar” no seio das cadeias de produção e

troca permaneceram como periferias das próprias periferias. Como isso aprofundou desigualdades existentes e criou novas disparidades, de alguma forma a própria dinâmica da economia-mundo reverberou nas relações inter-regionais no plano interno. Mas regiões não alcançadas pela divisão do trabalho da economia-mundo também registram dificuldades, e nesses casos é difícil falar de determinação originada nos vínculos estruturais do sistema. Portanto, como assinalam pesquisadores interessados nas interfaces entre a geografia e a abordagem dos sistemas-mundo (TAYLOR, 1988; FLINT; SHELLEY, 1996), é importante divisar, sobre as transformações socioespaciais, o efetivo papel dos condicionantes sistêmicos e o entrelaçamento destes com determinações específicas, mais local-regionais. A opção, sobretudo se realizada *a priori*, por um ou outro vetor (sistêmico-estrutural *versus* local-regional) afigura-se, como sugere Smith (1987), um procedimento inadequado, haja vista a inevitável limitação da análise resultante.

A situação chinesa indica ser importante buscar as adequadas mediações entre as tendências emanadas das determinações em escala de sistema-mundo e aquelas mais relacionadas às particularidades (também fruto da história, só que específicas) local-regionais. É certo que a influência da herança representada pelos reflexos do sistema tributário-comercial e a maneira como repercutiram as relações entre a economia-mundo capitalista e o mundo sinocêntrico fornecem importantes elementos de explicação da configuração socioespacial observada. Mas como desconsiderar, por exemplo, o papel crucial desempenhado pelo governo nas últimas décadas, traduzido seja em reformas de grandes repercussões, seja na atração de investimentos oriundos do exterior, como exemplificado pela criação e funcionamento de Zonas Econômicas Especiais nas províncias costeiras?

### Considerações finais

Estrela da constelação de Estados em franca ascensão econômica, a China exhibe, todavia, inquietantes desigualdades socioespaciais internas. A perspectiva dos sistemas-mundo, que propõe considerar aspectos sistêmicos e históricos, é fértil para a análise dessas disparidades. Vincular a diferenciação socioespacial às forças estruturais do capitalismo revela-se útil, do mesmo modo que adotar temporalidades mais longas, necessárias porque os processos sociais (como os relacionados ao problema das disparidades) geralmente apresentam demorada sedimentação. O caso chinês, que chama a atenção tanto pelas mudanças recentes quanto pelas tensões próprias à escalada das desigualdades, ganha luz, com efeito, quando visto pelas óticas sistêmica e histórica, como se procurou mostrar. Mas é igualmente necessário, como geralmente ocorre, considerar as interações entre esse nível amplo, estrutural, de determinação e os aspectos específicos das realidades socioeconômicas e territoriais observadas. De toda maneira, desconcentrar o dinamismo econômico constitui requisito para uma trajetória sustentável desse país. Mas não cabem ilusões: o desafio é monumental, dadas, justamente, as condições sistêmicas e específicas que lhe marcam o desempenho.



## Referências bibliográficas

- A GIANT sucking sound. **The Economist**, p. 63, Dec. 2<sup>nd</sup> 2000.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996a.
- ARRIGHI, G. The rise of East Asia: world systemic and regional aspects. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 16, n. 7/8, p. 6-44, 1996b.
- ARRIGHI, G., HAMASHITA, T., SELDEN, M. **The rise of East Asia in world historical perspective**. PLANNING WORKSHOP AT THE FERNAND BRAUDEL CENTER, State University of New York, Binghamton, Dec. 1996.
- BECKER, E. Report faults China's policy since it joined trade group. **The New York Times**, Dec. 2003. Disponível em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) Acesso em: 20/12/2003.
- BETTELHEIM, C. Les cadres généraux de la planification chinoise. In: BETTELHEIM, C.; CHARRIÈRE, J.; MARCHISIO, H. **La construction du socialisme en Chine**. Paris: François Maspero, 1971, p. 7-44.
- BRADSHAW, K. Like Japan in the 1980's, China poses big economic challenge. **The New York Times**, March 2, 2004. Obtido em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) Acesso em: 2/3/2004.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tomo 3: O tempo do mundo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BROCH, T. Pékin "rééduque" le Tibet. **Le Monde Diplomatique**, n. 516, p. 19, Mars 1997.
- CHINA'S feuding regions. **The Economist**, p. 27-28, April 20<sup>th</sup> 1996.
- CHINA'S rebellious province. **The Economist**, p. 29-30, Aug. 23<sup>rd</sup> 1997.
- CHINA Human Development Report 2005**. UNDP, Oct. 2005.
- CONDEMNED to live China's great contradiction. **The Economist**, p. 61-62, Dec. 14<sup>th</sup> 1996.
- DECORNOY, J. La Chine, le riz et le pare-chocs. **Le Monde Diplomatique**, n. 500, p. 23, Nov. 1995.
- DÉMURGER, S. et al. **Geography, economic policy, and regional development in China**. Working Paper 8897, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, Apr. 2002 Disponível em: <[www.nber.org/papers/w8897](http://www.nber.org/papers/w8897)> Acesso: jul. 2007.
- DU, Y.; PARK, A.; WANG, S. Migration and rural poverty in China. **Journal of Comparative Economics**, v. 33, p. 688-709, 2005.
- FABRE, G. Réunifier une Chine qui se fragmente. **Le Monde Diplomatique**, n. 498, p. 7, Sept. 1995.
- FAN, Y., CHEN, N., KIRBY, D.A. Chinese peasant entrepreneurs: an examination of township and villages enterprises in rural China. **Journal of Small Business Management**, v. 34, n. 4, p. 72-76, Oct. 1996.

- FLINT, C.; SHELLEY, F. M. Structure, agency, and context: the contributions of Geography to World-Systems analysis. **Sociological Inquiry**, v. 66, n. 4, p. 496-508, Nov. 1996.
- FU, X. Limited linkages from growth engines and regional disparities in China. **Journal of Comarative Economics**, v. 32, p. 148-164, 2004.
- GOING it alone. **The Economist**, p. 64-65, April 19<sup>th</sup> 1997.
- GOLUB, P. Shangai, vitrine du capitalisme chinois. **Le Monde Diplomatique**, n.557, p.22, Août 2000.
- HAN, S. H., PANNELL, C. W. The geography of privatization in China, 1978-1996. **Economic Geography**, v. 75, n. 3, p. 272-296, July 1999.
- HIGH tech in China. *Business Week*, p. 44-56, Oct. 2002.
- HOPKINS, T., WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the World-Economy. **Review**, X, n. 5/6, p. 763-779, Supplement (Summer/Fall) 1987.
- HUANG, J-T.; KUO, C-C.; KAO, A-P. The inequality of regional economic development in China between 1991 and 2001. **Journal of Chinese Economic and Business Studies**, v. 1, n. 3, p. 273-285, Sep. 2003.
- HUI, W. Aux origins du néolibéralisme en Chine. **Le Monde Diplomatique**, n.577, p.20-21, Avril 2002.
- INTO China. **The Economist**, p. 63-64, March 16<sup>th</sup> 1996.
- KAHN, J. An Ohio town is hard hit as leading industry moves to China. **The New York Times**, Dec. 7, 2003a. Disponível em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) Acesso em: 7/12/2003.
- KAHN, J. Ruse in toyland: Chinese workers' hidden woe. **The New York Times**, Dec. 7, 2003b. Disponível em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) Acesso em: 7/12/2003.
- KAHN, J. China's leader urges shift in development to rural áreas. **The New York Times**, March 5, 2004. Disponível em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) Acesso em: 5/3/2004.
- LAUER, S. La concurrence chinoise va bouleverser le textile européen. **Le Monde**, 28 Nov. 2003. Obtido em: [www.lemonde.fr](http://www.lemonde.fr) Acesso em: 28/11/2003.
- LEMOINE, F. Gagnants et perdants de l'ouverture chinoise. **Le Monde Diplomatique**, n. 577, p. 22, Avril 2002.
- LEW, R. L'empire du Milieu dans la tanière du tigre. **Le Monde Diplomatique**, n.561, p.16-17, Déc. 2000.
- MANGIN, M. Inquiétante vague de chômage. **Le Monde Diplomatique**, n. 561, p. 16-17, Déc. 2000.
- MENG, X. Economic restructuring and income inequality in urban China. **Review of Income and Wealth**, v. 50, n. 3, p. 357-379, Sep. 2004.
- MISERY behind the migration. **The Economist**, p. 52-54, Nov. 18<sup>th</sup> 2000.
- QIN, M. Le flot montant et incontrôlable des migrants ruraux. **Le Monde Diplomatique**, n. 492, p. 14-15, Mars 1995.
- RED alert. **The Economist**, p. 23-26, Oct. 24<sup>th</sup> 1998.

- ROCCA, J.-L. Population et dirigeants locaux unis contre le centre. **Le Monde Diplomatique**, n. 492, p. 14-15, Mars 1995.
- ROACH, S. The hypocrisy of bashing China. **Financial Times**, Aug. 07, 2003. Obtido em [www.news.ft.com](http://www.news.ft.com). Acesso em ago. 2003.
- SCHENK, H. Concepts behind urban and regional planning in China. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 65, n. 5, p. 381-388, 1974.
- SERVANT, J.-C. Petites mains du Sud pour firme du Nord. **Le Monde Diplomatique**, p. 18, Jan. 2006.
- SMITH, C. A. Regional analysis in world-system perspective: a critique of three structural theories of uneven development. **Review**, X, 4, p. 597-648, Spring 1987.
- SO, A. Y.; CHIU, W. K. Modern East Asia in World-Systems analysis. **Sociological Inquiry**, v. 66, n. 4, p. 471-485, Nov. 1996.
- TAYLOR, P. J. World-Systems analysis and regional geography. **Professional Geographer**, v. 40, n. 3, p. 259-265, 1988.
- THE DISCREET charm of provincial Asia. **The Economist**, p. 65-66, April 27<sup>th</sup> 1996.
- THE PRIVATE life of a Chinese. **The Economist**, p. 39-40, Sept. 16<sup>th</sup> 1995.
- WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. In: **The essential Wallerstein**. New York: The New York Press, 2000, p. 71-105.
- YANG, C. **China through the eyes of a Chinese**. Talk Given at the James A. Baker III Institute for Public Policy – Rice University. Dec. 2000. Obtido em [www.ruf.rice.edu/~tnchina/commentary/yang1200.html](http://www.ruf.rice.edu/~tnchina/commentary/yang1200.html). Acesso em nov. 2003.
- YING, L. G. China's changing regional disparities during the reform period. **Economic Geography**, v. 75, n. 1, p. 59-70, Jan. 1999.